

A percepção da escuridão como um problema filosófico

The perception of darkness as a philosophical problem

Fernando Ruiz Rosario

Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG)

fruizrosario@gmail.com

<http://lattes.cnpq.br/6813718409272567>

Resumo

A visão é um tema da filosofia da percepção. Ver é uma percepção que pode ser descrita como o processo de extrair informações do ambiente a partir da luz. No entanto, deparamo-nos com as mais diversas situações de escuridão, em que a luminosidade é ausente, mas em que ainda somos capazes de dizer algo sobre o ambiente: está escuro. Uma das explicações, fornecida por Roy Sonrensen, diz que somos capazes de ver a escuridão em sentido robusto. André Abath, por sua vez, propõe uma explicação alternativa baseada na fenomenologia da escuridão, que diz que perceber a escuridão é perceber ausências. No presente trabalho será apresentada uma descrição de percepção da escuridão enquanto uma das funções da visão, bem como o que acontece quando falhamos em captar qualquer coisa no ambiente.

Palavras-chave

Filosofia da Percepção; Escuridão; Visão.

Abstract

The vision is a theme within the studies of perception. Seeing is a perception that can be described as the process of extraction of the surrounding environment information from the light. However, we come across the most diverse dark conditions, in which light can be absent, and yet we are able to say something about the environment: it is dark. An explanation exposed by Roy Sonrensen says that we are able to see the darkness in a strong sense. André Abath proposes an alternative explanation, based on the darkness phenomenology, which says that perceiving the darkness is to perceive absences. In this paper, we present a description of darkness perception as one of the vision functions, what happens when we fail to capture anything in the environment.

Keywords

Philosophy of Perception; Darkness; View.

1. Introdução: Abrindo os olhos

A visão pode ser descrita fisicamente como um processo que ocorre entre os olhos e o cérebro. A retina dos olhos possui uma camada de células fotossensíveis composta por cones e bastonetes. Os cones possibilitam a percepção de cores e formas em situações onde há disponibilidade de luz, com grande acuidade visual. Já os bastonetes não são capazes de distinguir cores e captam apenas tons de cinza, sendo responsáveis pela visão periférica e pela visão em situações de baixa luminosidade (Junqueira; Carneiro, 2013, p. 454). Essas células transformam a luz em sinal neural, que é transportado pelos nervos até o cérebro. Na sequência, o sinal neural processa e transforma os dados em informação perceptual. Os estímulos neurais são formados quando a luz atinge os olhos, iniciando um processo químico de hiperpolarização das células fotossensíveis, que passam a enviar sinais neurais para o nervo óptico. Na ausência de luz, é desencadeado outro processo químico que faz com que as células fiquem despolarizadas, interrompendo a

transmissão neural, até que um novo estímulo luminoso volte a desencadear o processo químico de hiperpolarização. Essa é a única etapa da visão que depende da luz (Meister e Tessier-Lavigne, 2013, p. 582-583).

Com base na descrição do funcionamento de nosso sistema visual, podemos dizer que “a capacidade sensorial da visão permite ao seu possuidor extrair informações sobre objetos e eventos a partir da radiação de luz ambiente” (Heil, 2011, p. 150, tradução nossa). A nossa experiência visual completa depende de condições ideais de luz, já que em ambientes pouco iluminados podemos, por exemplo, distinguir formas, mas não cores. Já em ambientes iluminados com luz que não seja branca, as cores sofrerão distorções ao serem percebidas; por sua vez, tanto em ambientes muito iluminados quanto os com pouquíssima ou nenhuma iluminação, nada vemos.

Embora utilizemos a expressão “nada a ver” em diversas situações, parece que ainda assim percebemos algo do mundo em tais ocasiões. Digo que nada vejo quando tiro meus óculos e meus olhos míopes não conseguem focalizar o horizonte, mas também digo que não vejo nada no escuro, quando há excesso de luz ou na neblina, e, da mesma maneira, acredito que cegos nada veem. Trata-se de maneiras diferentes de uso da expressão “nada a ver”, e que podem ser diferenciados pelo conteúdo percebido: quando estou sem lentes corretivas, ainda assim meu cérebro processa um turbilhão de informações visuais, ao passo que, na completa escuridão, o sistema visual repousa na completa calma da ausência de transmissão neural.

Apesar de a ciência possuir uma descrição suficientemente consolidada para explicitar o fenômeno da visão, ainda existem questões que estão para além de seu campo, restando à filosofia da percepção buscar uma resposta. Assim, podemos nos perguntar se essa ausência de transmissão neural significa uma interrupção de percepção do mundo. Roy Sorensen (2008) afirma, no livro *Seeing Dark Things: The Philosophy of Shadows*, que vemos a escuridão na completa ausência de luz. Em posição oposta, André Abath (2012) apresenta, no artigo *Nada vendo no escuro, nada ouvindo no silêncio*, um argumento no sentido de que não existe percepção do escuro, mas, sim, uma experiência da escuridão que pode ser explicada enquanto ausência. No presente artigo, após analisar as defesas de cada autor, apresentarei uma posição parcialmente conciliativa, que pretende preservar o caráter perceptual da escuridão ao mesmo tempo em que admite que a explicação meramente perceptual não abrange a totalidade da experiência de ausência de luz.

2. Como descobrimos a escuridão

A experiência da escuridão é de particular dificuldade para a filosofia da percepção, uma vez que a explicação física clássica para a visão envolve luz e refração. Mesmo na ausência de luz, nossos olhos não param de funcionar e continuam a perscrutar o mundo em busca de algo. Quando fechamos os olhos não acionamos um botão de desligar, pelo contrário, eles continuam em perfeito funcionamento, de maneira que conseguimos ver movimentos próximos e feixes de luz que conseguem atravessar a fina camada de pele que constitui as pálpebras.

O primeiro passo para compreender o problema envolve perguntar sobre como descobrimos que está escuro. Se me encontro em um ambiente iluminado e, de repente, todas as luzes se apagam, como descubro essa mudança no ambiente? Essa descoberta ocorre perceptualmente: são os olhos que nos informam dessa brusca alteração de luz, uma vez que, até onde conhecemos o corpo humano, é o sistema visual o único aparato capaz de perceber luminosidade. Em seguida, após perceber que algo no mundo externo se alterou, meu corpo passa a responder fisiológica e emocionalmente à mudança. A experiência da escuridão deve comportar essas duas etapas.-

Segundo o estagirita, a percepção do escuro é realizada pela visão, mas de uma maneira diferente de como percebemos as cores:

É evidente, portanto, que “perceber pela visão” tem mais de um significado; pois mesmo quando não estamos vendo, é pela visão que discriminamos as trevas da luz, embora não da mesma forma como podemos distinguir uma cor de outra (Aristóteles, *De Anima*, 425b20-22, tradução nossa).

Conforme explicita Richard Sorabji (2011, p. 69-70), Aristóteles define a visão enquanto a percepção de cor, brilho ou escuridão, mas que, enquanto a luz se parece com a cor branca e a escuridão se parece com o preto, a percepção das cores acontece quando se tem sucesso em percebê-las por meio da transparência do ar ou da água, enquanto a percepção da escuridão se dá quando esse processo falha. A distinção entre trevas e claridade para Aristóteles é uma questão perceptual, diferente do processo de visão na luz, mas que tem lugar no próprio aparelho visual. A percepção do escuro, mesmo possuindo um mecanismo de funcionamento distinto do processo da percepção de cores e formas na luz, continua ocorrendo a partir dos olhos. Se tal processo perceptivo deve ou não ser chamado de visão é questão semântica. Por falta de disponibilidade de outro termo, talvez seja concebível chamá-lo dessa maneira, mas faz-se necessário distinguir que o sistema visual realiza ao menos duas operações perceptivas: o ver propriamente dito e a percepção do escuro.

Isso ocorre porque o “nada a ver” na escuridão possui uma presença perceptual singular, a partir da qual podemos distingui-la dentre outras experiências de “nada a ver”. Há uma ocorrência contrafactual, conforme aponta Lewis (1980, p. 245, tradução nossa):

[...] se a cena diante dos olhos causa correspondente experiência visual como parte de um padrão adequado de dependência contrafactual, então o sujeito vê; se a cena diante dos olhos causa correspondente experiência visual sem um padrão adequado de dependência contrafactual, o sujeito não vê.

Ver a escuridão é possuir uma experiência visual que seja adequada a algum correspondente contrafactual, nesse caso, a própria ausência de luz. Outra maneira de entender que a escuridão é causa perceptual de um tipo de experiência singular é tentando obter a mesma experiência, do negro total, em ambientes que não sejam escuros. A única maneira de ter tal experiência é impedindo que a luz atinja nossos olhos, ou seja, provocando a privação de luz. Dizemos que nada vemos no escuro, pois, ao contrário da maioria de nossas experiências visuais, tal percepção não possui conteúdo visual rico.

Pensamos que não vemos no escuro; mas também pensamos que descobrimos coisas pela visão apenas quando vemos; e no escuro como breu, descobrimos pela visão que é escuro. De que outra forma – pelo cheiro? Pelo próprio fato de nós não vermos? – Não, nós também não vemos em luz ofuscante ou névoa espessa, e é pela visão que nós distinguimos várias situações em que não vemos (Lewis, 1980, p. 246, tradução nossa).

Quando estamos na escuridão dizemos que nada vemos. Mas há experiências sobre as quais dizemos nada ver e que não envolvem a escuridão. Usualmente, aponta Sorensen, dizemos que nada vemos quando não enxergamos ou quando não enxergamos da maneira como procuramos (Sorensen, 2008, p. 238). Quando um míope olha o mundo sem seus óculos, diz que nada vê, não obstante ainda enxergue o mundo de maneira menos nítida. Quando um motorista está no meio de uma névoa espessa dirigindo pela serra, diz que nada vê, embora seja capaz de continuar a conduzir o veículo. Nesses casos, nos deparamos com cenários que frustram nossas expectativas, e o mundo não nos aparece como queríamos, por isso dizemos que não vemos,

quando, na realidade, nosso sistema visual continua em perfeito funcionamento e comunicando ao nosso cérebro o estado das coisas no mundo, só que em condições adversas.

E, mais uma vez, será necessário admitir que há certa ambiguidade no termo ver, pois a escuridão é uma percepção visual que se distingue da maneira como usamos os olhos com a presença da luz ou de outras experiências de nada ver. Não é por outro aparato perceptivo distinto da visão ou por outro mecanismo que descobrimos estar escuro. E isso acontece porque a causa da minha percepção de escuro que está diante de mim é a própria escuridão, e ela é percebida pelos olhos. A dependência contrafactual terá importante papel na teoria de Sorensen (2008, p. 240, tradução nossa), mas ele acredita que a mera detecção visual não é suficiente para explicar a visão; ele pretende explorar uma “forma mais básica de ver” que não está centrada no foco do conhecimento perceptual, pois “[...] às vezes, vemos no escuro mesmo quando falhamos em ver *que isto é escuro*”.

Sorensen distingue a experiência de ver a escuridão de experiências ilusórias de preto. Um explorador de caverna pode sonhar com a completa escuridão sem, no entanto, estar vendo a escuridão da caverna; para ver a escuridão ele precisa acordar e abrir os olhos, e olhar em seu entorno e então, e só então ele faz contato com a escuridão da caverna, mesmo que a experiência de preto tenha sido ininterrupta (Sorensen, 2008, p. 240). Aqui, opera a necessidade de conexão causal e contrafactual para a visão: mesmo que a experiência de preto tenha sido ininterrupta, a experiência ilusória é insuficiente para caracterizar a experiência visual, pois falta a contraparte factual. Experiências ilusórias não podem, assim, serem consideradas experiências perceptivas reais.

E para compreender o que seria essa forma mais básica de ver, cabe distinguir a percepção epistêmica da não epistêmica. Posso estar diante de uma cena, vendo-a, sem, no entanto, saber o que ela é. Dretske identifica a visão não-epistêmica como sendo uma habilidade visual primitiva, possuindo um conteúdo de crença negativo, tal que o sujeito veja, sem, no entanto, possuir um conteúdo de crença sobre isso.

Seja S algum agente sensível, e temos “S...” sendo alguma indicação sobre S: por exemplo, S é loiro, S está dormindo, S viu o desfile, S esmagou seu dedo do pé. Digamos que o estado de coisas, atividade, ou condição que faz com que essas declarações de verdade, se de fato elas são verdadeiras, tem zero de conteúdo de crença, se e somente se, não houver nenhuma crença tal que S ter ou não ter essa crença é logicamente relevante à verdade da declaração. (Dretske, 1969, p. 5, tradução nossa).

Se é afirmado que S esmagou seu dedo do pé, pode haver um tal estado em que S não saiba ou acredite nisso, uma vez que ele continua a sentir seu dedão; no entanto, a crença de S sobre isso não altera o fato do ocorrido. Sorensen (2008, p. 247), apoiado nessa distinção, propõe o seguinte caso: a Sra. Ateia e o Sr. Agnóstico são sequestrados e informados que ficarão cegos após o uso de um laser vermelho em suas retinas. Após verem o flash, embora os sequestradores apenas tenham desligado as luzes, a Sra. Ateia acredita ter ficado cega por acreditar não ver, embora esteja vendo a escuridão do quarto. Já o Sr. Agnóstico não crê nem descrê estar cego, apenas acredita não ter evidências para decidir-se. O caso da Sra. Ateia possui conteúdo de crença positivo, uma vez que o fato de ela acreditar estar cega altera a maneira como ela compreende sua percepção do mundo. Por ser assim, ela acredita que nada vê em vez de estar diante da escuridão. Já a experiência do Sr. Agnóstico se enquadra na categoria de visão não epistêmica, com conteúdo de crença negativo, já que não encontra evidências para dizer se nada vê por estar cego ou por estar na escuridão completa.

O ver não epistêmico contribui para a teoria de Sorensen, pois fundamentando a visão em um nível mais básico, o julgamento realizado pelo preceptor sobre aquilo que vê não altera o

conteúdo percebido. O conjunto de crenças sustentado pela Sra. Ateia faz com que ela acredite em sua cegueira, e que, portanto, ela nada está vendo. Mas o fato de ela possuir tais crenças, tal como que cegos enxergam escuridão total, ou que o laser a cegara, não a impede de ter uma experiência perceptual em um nível mais primitivo, ver a escuridão. Já o Sr. Agnóstico, dada sua propensão de suspender juízos enquanto não tem motivos suficientes para acreditar, não tira conclusão alguma do fato de nada estar vendo e simplesmente fica a contemplar o negro da escuridão.

Outro experimento hipotético descrito por Sorensen (2008, p. 252) ajuda a elucidar a questão. Se através de um tubo negro vejo uma bexiga preta ser inflada, a borda do balão seria inicialmente visível, até o momento em que o balão inflado tomasse conta de todo o diâmetro do tubo, a partir do qual só veríamos a cena negra. Se o balão oscilar entre estar inflado e desinflado, minha visão se alterna entre ver sua borda e apenas o negro total. Se o balão fosse verde fluorescente, não haveria problema algum em dizermos que, no momento em que o balão está totalmente inflado, vemos verde, mas no caso do balão negro alguns podem se tornar reticentes em afirmar que vejo o preto do balão. Sorensen reconhece que o contraste da borda do balão ajuda no reconhecimento do objeto, mas isso não interfere na visão não-epistêmica, e o conteúdo do que é visto não é alterado pelo fato de se reconhecer ou não o objeto a sua frente. A visão do contraste se dá “em virtude do que é iluminado e não iluminada em um momento” (Sorensen, 2008, p. 252, tradução nossa). Sem a face não iluminada do objeto não haveria contraste e não haveria, sequer, visão do objeto.

3. Percepção do escuro e emoções

As emoções podem alterar nossos estados perceptuais. André Abath (2012, p. 12-13) se opõe à posição de Sorensen, afirmando que no escuro nada vemos, uma vez que experienciar a ausência de luz “não é uma questão perceptual, mas sim afetiva”. Para isso, ele reescreve alguns cenários de visão na ausência de luz, caracterizando a descoberta da escuridão enquanto um nada ver no escuro utilizando a visão em termos de seus estímulos físicos próprios através de uma fenomenologia das ausências.

Quanto ao exemplo do explorador de cavernas supracitado, que sabe distinguir o sonho da escuridão à sua frente, Abath (2012, p. 13-14) sugere que “podemos estar diante de duas formas de nada ver”. Quando sonhamos, não há discordância entre os autores, nada vemos porque não há uso do aparelho da visão; mas quando abrimos os olhos na caverna, a descrição alternativa apresentada por Abath (2012, p. 13-14) diz que nada vemos porque a ausência de luz implica a impossibilidade da visão, ou seja, “podemos nada ver ou porque fechamos os olhos, eliminando o uso de nosso aparelho visual, ou porque, na ausência de luz, nada pode ser visto”.

Já no exemplo utilizado para diferenciar visão epistêmica da visão não epistêmica, o caso da Sra. Ateia e do Sr. Agnóstico, Abath propõe que, por haver uma explicação alternativa para o cenário, não necessariamente a situação deve ser tomada como um caso de visão não epistêmica do escuro. A versão alternativa é apresentada nos seguintes termos:

Sra. Ateia não está cega, mas apenas no escuro. Ela está errada ao crer que está cega. Mas será que ela está errada ao crer que nada vê? Não precisamos dizer que sim. Podemos estar, novamente, diante de duas formas de nada ver. Sra. Ateia nada vê; não porque esteja cega, mas porque nada pode ver no escuro. Ela está certa ao crer que nada vê; está errada, apenas, ao crer que nada vê por estar cega. Já o Sr. Agnóstico, em sua suspensão de juízo, pode estar neutro precisamente entre as duas formas de nada ver. Ele crê que nada vê, mas suspende o juízo entre nada estar vendo por estar cego e nada estar vendo por estar no escuro, e nada poder ver (Abath, 2012, p. 15).

Mas se nada vemos no escuro, como descobrimos a escuridão? Abath reconhece que existe tal coisa, a experiência da escuridão em sentido robusto, mas diferente de Sorensen, não reconhece que percebemos diretamente a ausência de luz. Conforme Abath (2012, p. 23), trata-se de “casos em que experienciamos a ausência sem percebê-la”, e tais experiências seriam análogas às experiências de ausências descritas enquanto sentir a ausência a partir de uma inconformidade entre desejo e mundo.

O autor apresenta dois cenários para explicitar sua posição. No primeiro, considera um professor que se dirige à sala de aula à noite, com a expectativa de que ela, como comumente ocorre, esteja iluminada. No entanto, encontra-a às escuras, e mesmo tateando as paredes e acionando o interruptor, ela permanece na escuridão. O segundo cenário supõe um policial que, ao invadir uma casa onde se encontraria um suspeito de cometer homicídios bárbaros, se depara com um ambiente totalmente sem luz. Ao ouvir vozes e gritos, tenta se locomover pelos cômodos, tateando as paredes, em busca do possível assassino.

Em ambos os casos ocorrem experiências de ausência de luz. No primeiro, há uma expectativa frustrada de que a sala esteja iluminada; no segundo, um desejo frustrado, de que aja luz para que se possa alcançar o objetivo. A experiência da ausência de luz não seria uma percepção, mas antes um sentir “a ausência da luz, com base na inconformidade entre expectativa, desejo, e o modo como o mundo se revela” (Abath, 2012, p. 24).

Abath discorda da afirmação de Lewis de que é pelos olhos que percebemos a escuridão. Argumenta que, embora existam outras maneiras de nada ver, como na neblina ou na luz intensa, tais experiências são de natureza distinta da ausência de luz porque permitem que algo seja visto, enquanto todas as escuridões são indistinguíveis entre si. Seria possível, diz Abath (2012, p. 25), realizar um projeto fotográfico de paisagens sob neblina intensa, pois mesmo que não seja possível captar objetos, há algo que perceptualmente possa distingui-los, como, por exemplo, tonalidades de cor, ao passo que um projeto sobre escuridão estaria fadado ao fracasso, pois captaria apenas o preto indistinto.

A descoberta da escuridão, segundo tal leitura, não está circunscrita ao âmbito da percepção, mas antes ao âmbito das emoções humanas. Não percebo pelos olhos o que está escuro; antes, sinto que está escuro, pois há uma inconformidade entre meu desejo de ver e o mundo que se apresenta na mais completa escuridão. Tanto no caso do professor quanto no do detetive, o que foi experienciado foi a ausência de luz, e assim como posso “experienciar a ausência de um amigo em um café, ou de meus pais na casa da minha infância, sem vê-la, posso experienciar a escuridão sem vê-la. Ela é sentida. Na escuridão, eu nada vejo” (Abath, 2012, p. 24).

Tal leitura daria conta, ainda, de explicar como distinguimos uma escuridão de outra, uma vez que seria necessário distinguir uma percepção visual do escuro de outros tipos de escuridões, e tal empreitada está fadada ao fracasso se considerarmos somente a percepção visual do escuro. Segundo Abath, Sorensen utiliza-se do seguinte exemplo para explicar como distinguimos escuridões.

Turistas pagam para experimentar a escuridão total de Devil’s Arse. Visitantes desta caverna não podem experimentar esta escuridão particular ficando em casa e apagando as luzes de sua adega à meia-noite. Embora as experiências sejam indistinguíveis, elas diferem em virtude de suas origens distintas (Sorensen, 2008, p. 261, tradução nossa).

É inegável que a experiência de privação de luz na caverna é distinta da experiência de escuridão em uma adega com luzes apagadas. Mas também é inegável que tais experiências são

visualmente indistinguíveis. Abath, porém, lê na passagem acima uma defesa que Sorensen estaria fazendo da maneira como distinguimos as escuridões: como a causa da escuridão da caverna é distinta da escuridão da adega, perceberíamos tal distinção visualmente. Propõe que o que distingue uma experiência da outra não é a visão, mas o “nosso envolvimento emocional com o ambiente” (Abath, 2012, p. 16).

Abath está certo ao dizer que o que diferencia as experiências da escuridão não é a visão, são outras percepções tais como nossas emoções e os demais sentidos. Quando nos vemos privados de luz, a audição parece se refinar e passa a detectar sons antes não percebidos, a pele logo nos alerta sobre qualquer alteração de temperatura ou detecção de contato, os aromas locais se destacam ao ar inodoro. Assim, o que diferencia para o sujeito que percebe uma escuridão de outra é justamente essa interação multissensorial e emocional.

Contudo, penso que Sorensen não discordaria de tal explicação. Para ele, as emoções podem constituir nossa percepção da escuridão, podendo ser associadas tanto ao perigo, que são casos que despertam medo, quanto a admiração, que acontece quando superamos o medo e a associamos ao sobrenatural, como ocorre em diversas cavernas que são tidas como lugares religiosos (Sorensen, 2008, p. 255). Ele ainda concordaria que nosso estado emocional está diretamente ligado a aspectos não perceptuais de nossa experiência na ausência de luz. O que não significa que o exemplo de *Devil's Arse* e da adega sirvam para ilustrar como distinguimos, perceptualmente, uma escuridão de outra.

Sorensen, sobre *Devil's Arse* e a adega, não deixa dúvidas de que se tratam de experiências indistinguíveis entre si. Os exemplos servem para ilustrar que há uma distinção de causa entre as escuridões dada as suas origens e que, por isso, são escuridões distintas entre si. Isso não é o mesmo que afirmar que elas são distinguíveis perceptualmente. A preocupação de individualizar as experiências de privação de luz pela sua origem está em consonância com a teoria de dependência contrafactual das percepções, uma vez que causas distintas geram efeitos distintos. Ao mesmo tempo, tal abordagem responde a teorias concorrentes, que afirmam que vemos a mesma coisa quando somos incapazes de distinguir experiências visuais. Se coloco metade de uma bola de pingue-pongue sobre meu olho direito e a outra metade sobre meu olho esquerdo, as causas contrafactuais serão distintas para cada olho. Se, por outro lado, me forem apresentados dois irmãos gêmeos idênticos, até que eu possua conhecimento suficiente para distingui-los, terei experiências perceptuais indistinguíveis quando estiver na presença de um ou de outro. Contudo, nem por isso poderei afirmar que a causa das percepções são as mesmas, pois são causadas por indivíduos distintos. Se me é apresentado um cartão laranja, e posteriormente me apresentam outro cartão, mas com as mesmas características de tamanho e cor, serei incapaz de distinguir a causa de minha percepção, a tal ponto de afirmar que se trata do mesmo objeto; não obstante sejam idênticas as percepções, as causas contrafactuais são distintas. Assim sendo, não parece haver problema no fato de não sermos capazes de distinguir entre uma escuridão e outra, mesmo que suas causas sejam distintas.

3.1 Para além das emoções

Além dos casos de ausência de luz que podem ser explicados enquanto inconformidade entre um desejo ou expectativa e o mundo, existem outros casos de escuridão que não são contemplados com tal explicação. Como aponta o próprio Abath, há experiências de ausência que são prazerosas, pois ao invés de frustrar, satisfazem um desejo. O fato de algumas experiências de escuridão serem apreciadas enquanto ausências não pressupõe que a fenomenologia das ausências compreenda todas as experiências de ausência de luz. Essas experiências não propriamente são ausências, mas, segundo defende Abath, podem ser melhores compreendidas enquanto experiências afetivas e não perceptuais:

No primeiro caso, de inconformidade, vimos que a experiência da ausência é mais bem compreendida como afetiva, e não como perceptual; ela é sentida, e não vista ou ouvida. O mesmo ocorre no segundo caso, de conformidade. Quando desejo a escuridão e o silêncio, e apago as luzes e fecho as janelas, ou fujo para o campo, o que busco não é ver a ausência de luz e ouvir a ausência de som, mas sim a prazerosa experiência de ter meu desejo satisfeito, nada vendo, e nada ouvindo (Abath, 2012, p. 28).

Posso saber se está escuro por meio dos olhos sem ter qualquer experiência afetiva. Deitado em minha cama, me perco em pensamentos até que o sono me envolva. Não sinto medo, aflição ou prazer, simplesmente sinto meu corpo entrando em repouso e nenhuma emoção foi necessária para que notasse a escuridão total tomando conta de meu quarto. Acordo no meio da noite, abro os meus olhos e percebo a escuridão sem que emoção alguma me afete. Não foi necessária uma inferência de que minha visão está falhando ou a ocorrência de um pensamento “Está escuro!”, ou o sentimento de qualquer emoção para que meus olhos captassem a escuridão para que se possa dizer que eu tive uma experiência perceptual não-epistêmica da ausência de luz.

Faz-se necessário, então, diferenciar que “a experiência de preto do homem em uma caverna completamente escura é uma representação de ausência de luz, e não uma ausência de representação” (Sorensen, 2008, p. 17). De alguma maneira, na escuridão, o corpo é informado de que alguma coisa no exterior se alterou e já não é possível ver luminosidade, contrastes, cores ou formas, e, assim, a escuridão é percebida pela ausência de estímulos luminosos em nossos olhos. Para que qualquer resposta emotiva ou fisiológica possa ser desencadeada é necessária a informação de que a luz não está mais presente e tal informação só pode ser captada e transmitida pelos olhos.

Em um sentido robusto, não vemos porque não há transmissão neural. Mas deixamos de perceber o mundo? Os olhos continuam a informar um estado de coisas do mundo exterior, a ausência de luz, por meio do cessar de informações nervosas. E o cérebro representa a total ausência de luz sob a cor preta total, justamente quando deixa de receber pulsos elétricos oriundos dos olhos. Se a tal estado devemos chamar de visão ou não, parece ser uma questão conceitual. Mas, ainda assim, devemos chamar de percepção visual tal experiência de captar um estado do mundo: a ausência total de luz. E nesse sentido, podemos dizer que vemos a escuridão.

4. Considerações finais: fechando os olhos

Quando fecho meus olhos, não desligo o funcionamento, não vejo qualquer objeto, seja de olhos abertos ou fechados. Embora nossas emoções sejam uma experiência relevante de nossas sensações, podendo, inclusive, afetar nossos estados perceptuais, não é absolutamente claro que ela seja necessária na verificação de que o ambiente esteja escuro. Existem vários casos nos quais podemos verificar que nos encontramos em plena escuridão sem que seja necessária a participação de qualquer estado emotivo específico. Isso não significa dizer que vemos ativamente o preto da escuridão, mas que percebemos que algo no mundo mudou, já não há mais luz.

Quando o corpo se prepara para dormir, ainda está ativamente procurando sinais no mundo: sinto o lençol em contato com minha pele, meus ouvidos captam sons vindos da rua, cheiro o leve perfume de amaciante na fronha de meu travesseiro e, ainda, vejo o negro da ausência de luz imposta pelas minhas pálpebras. Nesse momento pouco preciso, que separa a vigília do sono profundo, dificilmente todo o meu sistema receptor parou de funcionar, apenas entrou em ritmo menos ativo de funcionamento. Será reativado com o despertar, seja por um som

mais alto ou por algum raio de sol percebido pelos olhos. Nesse momento, quando os olhos se abrem, prontamente somos informados de que algo no mundo mudou, já não está mais escuro.

Referências

ABATH, A. Nada vendo no escuro, nada ouvindo no silêncio. *Dois pontos*, v. 9, n. 2, p. 11-31, out./2012.

ARISTOTLE. Excerpt from *On the Soul (De Anima)*. In: MACPHERSON, F (Ed.). *The senses: classical and contemporary philosophical perspectives*. Oxford: Oxford University Press. 2011, p. 47-63.

DRETSKE, F. I. *Seeing and Knowing*. London: Routledge & Kegan Paul, 1969.

HEIL, J. The senses. In: MACPHERSON, F (Ed.). *The senses: classical and contemporary philosophical perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2011. p. 136-155.

JUNQUEIRA, L. C. U.; CARNEIRO, J. *Histologia básica*. 12. ed. Rio de Janeiro: Guanabara Koogan, 2013.

LEWIS, D. Veridical hallucination and prosthetic vision. *Australasian Journal of Philosophy*, v. 58, n. 3, p. 239-249, 1980.

MEISTER, M; TESSIER-LAVIGNE, M. Low-level visual processing: the retina. In: KANDEL, E. R. et al. (Ed.). *Principles of neural science*. 5. ed. New York: Mc Graw Hill Medical, 2013. SORABJI, R. Aristotle on Demarcating the Five Senses. In: MACPHERSON, F (Ed.). *The senses: classical and contemporary philosophical perspectives*. Oxford: Oxford University Press, 2011, p. 64-82.

SORENSEN, R. *Seeing dark things: the philosophy of shadows*. Oxford: Oxford University Press, 2008.

Submissão (1ª versão): 01-04-2018

Aceito para publicação: 11-07-2018